

# Hora de desocupar APPs

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

**S**eis meses depois do embargo da construção do sistema de abastecimento de água de Vicente Pires, as obras serão retomadas. Para conseguir autorização e concluir a rede, o Governo do Distrito Federal terá de apresentar em 30 dias um cronograma de derrubada de casas em Área de Preservação Permanente (APP). A decisão faz parte de um Termo de Ajustamento de Conduta, assinado na última segunda-feira pelo Ministério Público Federal, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e governo local. Se os fiscais começarem o trabalho de desocupação das áreas de proteção, a Companhia de Saneamento Ambiental de Brasília (Caesb) poderá terminar o sistema, que levará água encanada a 45 mil moradores do Setor Habitacional.

Esse é o segundo termo de ajustamento assinado para resolver o problema de abastecimento em Vicente Pires. Em setembro de 2005, o GDF firmou acordo com o Ibama para a liberação da licença ambiental da obra (leia Memória). O órgão condicionou a emissão do licenciamento ao

cumprimento de um cronograma de derrubadas. O governo local teria que demolir, em um ano, as 549 edificações em APP. Mas quando o prazo expirou, em setembro do ano passado, apenas 30 casas haviam sido retiradas. O Ibama considerou que o GDF havia descumprido o TAC e ameaçou paralisar as obras do sistema de água. O governo local ainda apresentou novos cronogramas de derrubadas para tentar negociar, mas não deu certo: a construção da rede foi suspensa em 26 de setembro de 2006.

Desde então, o Buriti negocia saídas legais para o problema, que prejudica toda a população de Vicente Pires. Sem abastecimento, os moradores recorrem aos pocos artesianos, que se multiplicaram na região. O excesso de perfurações esgotou e poluiu o lençol freático. Em vários condomínios, já não há mais água nos poços ou ela está contaminada. Por isso a urgência de construir o sistema de abastecimento e acabar de uma vez com a retirada de água do lençol freático.

O superintendente regional do Ibama, Francisco Palhares, explica que o novo TAC mantém a exigência de desocupação de todas as casas em APP. "Demos um prazo de um ano para as derrubadas. Com o termo, o governo poderá concluir a construção da rede de abastecimento de água", ressalta Palhares. Outra exigência do novo TAC é que o governo invista em cursos de educação ambiental para a população da área.

## OBRA NO LAGO INTERROMPIDA

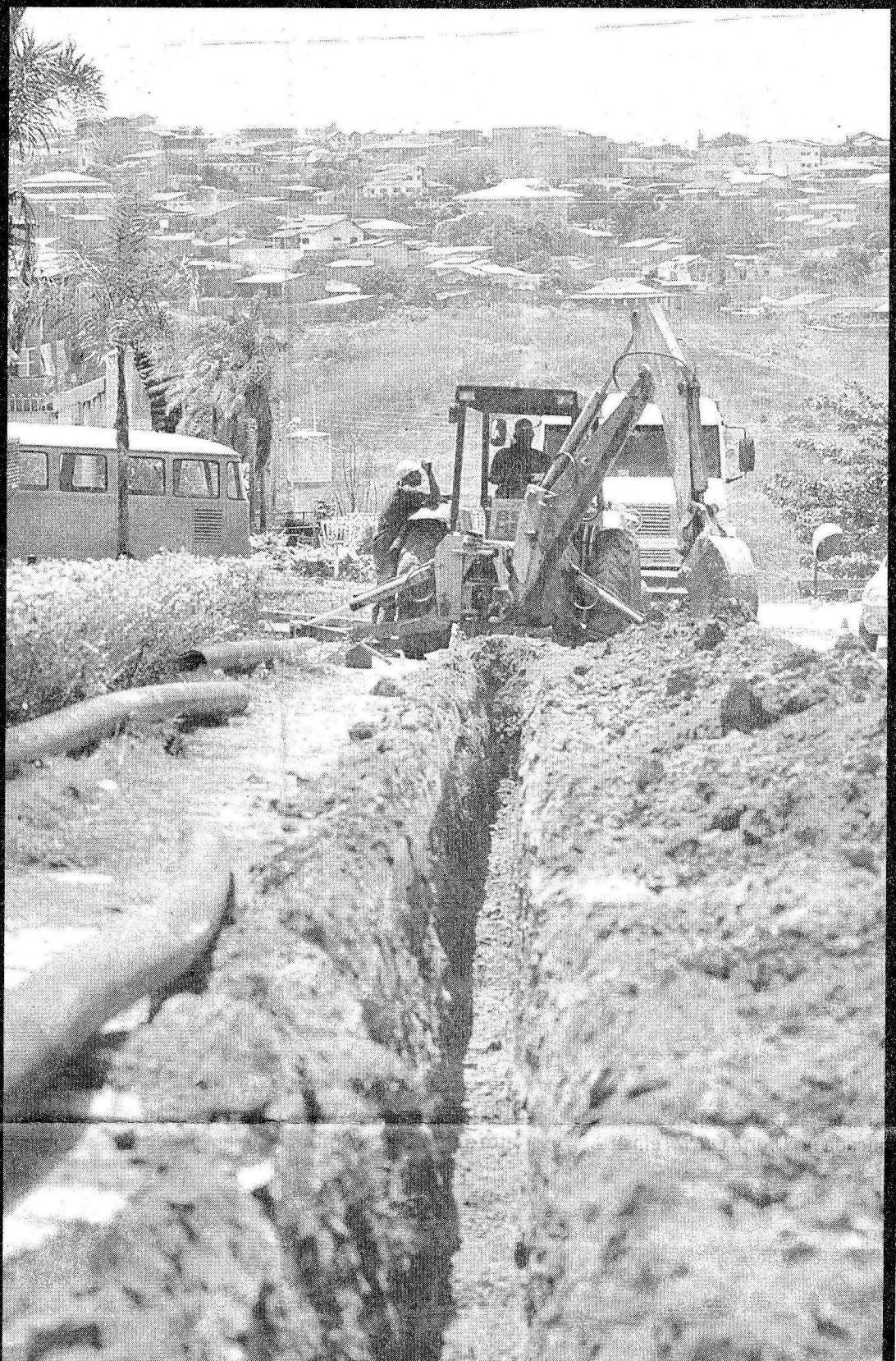
*O Siv-Solo derrubou ontem a obra de uma casa, com mais de 100 metros quadrados de área construída, três quartos e duas suítes. A operação contou com quase 50 pessoas. A casa ficava próxima ao Ribeirão do Torto, em uma área da Terracap, entre o Varjão e o Lago Norte. Ao final da operação, o dono da casa apresentou uma liminar judicial, alegando que o imóvel era regular. Mas a Procuradoria do GDF informou que a liminar estava cassada e a derrubada foi legal. Três barracos na região também acabaram demolidos. No fim da tarde, a Subsecretaria de Fiscalização do GDF (Sufis) derrubou a Igreja Batista Gera Vida, que foi erguida em área pública no Riacho Fundo I.*

### Obra pela metade

Mais da metade das obras estão prontas e as construções consumiram R\$ 45 milhões. O sistema de adutoras, de 31km, foram concluídos. Também estão prontos 162km dos 370km que formarão a rede. Os dois reservatórios de água terão capacidade para armazenar 12 milhões de litros de água. "Aguardamos só a liberação do Ibama para concluirmos o sistema", explica o secretário de Obras, Márcio Machado. O TAC determina ainda que nenhuma casa erguida em APP receba o sistema de água da Caesb.

O presidente da Associação dos Moradores de Vicente Pires, Dirsomar Chaves, reclama que a população não foi ouvida na assinatura do novo TAC. Ele desconhece o conteúdo do acordo, mas teme que ele signifique a retomada de demolições. "Vamos continuar apelando para que seja levado em consideração o prazo de desocupação do Eia-Rima (Estudo e Relatório de Impacto Ambiental), que é de

Kleber Lima/CB - 26/9/06



OPERÁRIOS FIZERAM MAIS DA METADE DAS OBRAS DA REDE DE ABASTECIMENTO: R\$ 45 MILHÕES INVESTIDOS

três anos", comenta Dirsomar.

A cada ameaça de derrubadas em APP, os moradores fazem barriadas para evitar a entrada de fiscais. Na área próxima ao Jóquei Clube, onde está grande parte das obras em área de preservação, a comunidade está permanentemente em alerta: a cada sinal de demolição, a população bloqueia a passagem das forças policiais. Em outubro de 2006, uma moradora ameaçou incendiaria a casa e conseguiu parar as

ações. No ano passado, o Sistema Integrado de Vigilância e Conservação de Mananciais (Siv-Água) organizou demolições, mas na maioria dos casos foram derrubados apenas muros, grades, galinheiros e cercas.

O subsecretário de Vigilância do Uso do Solo, tenente-coronel Djalma Lins, garante que o cronograma de derrubadas já está quase pronto. "A retirada de casas em APP começa semana que vem. Há cerca de 570 edificações nes-

sas condições e elas serão removidas no prazo devido", garante.

A legislação ambiental proíbe qualquer construção na faixa de 30m das margens de córregos. A lei também proíbe qualquer tipo de edificação sobre o solo de vereda, que é encharcado e se comunica diretamente com o lençol freático. A construção irregular nessas áreas é crime ambiental e os responsáveis podem ser condenados a até cinco anos de detenção.

### Março de 2005

*Estudos da Caesb apontaram que o lençol freático do Setor Habitacional Vicente Pires estava contaminado por coliformes fecais.*

### 22 de Setembro de 2005

*Preocupado com a saúde dos 45 mil moradores da região, o GDF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ibama e o Ministério Público Federal. O TAC permitiu a liberação emergencial das licenças ambientais para a instalação da rede de água. Mas determinou a demolição, em 12 meses, de todas as edificações em Áreas de Proteção Permanente (APPs) no setor habitacional.*

### 27 de abril de 2006

*O Siv-Água concluiu a demarcação das edificações que estavam em APPs e o levantamento de todas as construções que deveriam ser demolidas. Na época, eram 549, sendo 384 casas em diferentes estágios de construção.*

### 18 de julho de 2006

*O Ibama começou a expedir as notificações para os moradores abandonarem, em 30 dias, as residências.*

### 20 de julho de 2006

*A procuradora da República no DF, Ana Paula Mantovani, recomendou ao Ibama a reavaliação da licença ambiental concedida para o início das obras do sistema de abastecimento. Segundo ela, o GDF não havia cumprido o TAC.*

### 24 de julho de 2006

*O Ibama deu prazo de cinco dias para o GDF apresentar novo cronograma de derrubadas. Caso contrário, suspenderia a licença para a instalação da rede de água. Até então, apenas 12 edificações haviam sido derrubadas.*

### 25 de julho de 2006

*O Siv-Água pediu mais tempo para efetuar as derrubadas. O órgão reconheceu que não poderia cumprir o TAC até setembro e pediu extensão do prazo até abril do ano seguinte.*

### De 26 de julho a 20 de setembro de 2006

*Sem ter recebido resposta do Ibama ou do MPF, o GDF elaborou novo cronograma e anunciou a retomada das demolições. As operações continuaram a ser feitas, mas em ritmo lento. Pouco mais de 10 edificações foram demolidas nesse período.*

### 22 de setembro de 2006

*No dia em que o TAC venceu, o Ibama anunciou que embargaria as obras da rede de água. Três dias depois, o órgão mandou a Caesb suspender a construção, que está parada desde então.*

### 10 de novembro de 2006

*O Siv-Água retomou as operações nas APPs de Vicente Pires. Mas nenhuma casa habitada foi demolida, apenas construções, muros, cercas, depósitos e canis.*

### 10 de março de 2007

*Ministério Público Federal, Ibama e GDF assinam um novo TAC, que autoriza a retomada da construção da rede de água, com a condição de que o governo apresente um cronograma de derrubadas.*